

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Após a queda no Alvorada, Lula levou cinco pontos na parte de trás da cabeça

Em números, o resumo dos 366 dias do bissexto 2024

O ano que termina já não foi comum pela quantidade de dias

Por Rudolfo Lago

Quatro estrelas tem Walter Braga Netto. O candidato a vice-presidente na chapa de Jair Bolsonaro, derrotada em 2022 pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, é o primeiro general de alta patente preso no país por determinação da justiça comum. Braga Netto é acusado de ser um dos mandantes de uma tentativa de golpe de Estado, que visava impedir a posse de Lula.

Os detalhes do inquérito da Polícia Federal que acusa Braga Netto e outros – no caso, incluindo o próprio ex-presidente Bolsonaro – tem 884 páginas. A partir dele, 40 pessoas foram indiciadas – Bolsonaro e Braga Netto são duas delas.

O ano de 2024 foi também aquele em que 122 milhões de brasileiros, dos 156 milhões que estavam aptos, foram às urnas para eleger os prefeitos de 5,5 mil municípios. E consagram o PSD como o partido no comando do maior número de cidades brasileiras: 885. Mas foi do PL o prefeito mais votado em termos proporcionais. Eduardo Boigues foi eleito em Itaquaquecetuba (SP) com impressionantes 91,70% dos votos.

Veja abaixo mais números que ajudam a resumir 2024:

366

Como é um ano bissexto, em 2024, tivemos 366 dias.

156 milhões

Em outubro deste ano, estavam aptos para votar nas eleições municipais 156 milhões de pessoas, sendo 81 milhões de mulheres (52%) e 74 milhões de homens (48%). Não informaram o gênero 28,7 mil eleitores (0,02%).

122 milhões

Do total de brasileiros aptos a votar, porém, somente 122 milhões compareceram às urnas no primeiro turno. Um total de comparecimento de 78,32%, portanto.

21,71%

A taxa de abstenção foi de 21,71%. Segundo o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), foi menor do que a registrada em 2020, quando houve a pandemia de covid-19 (naquele ano, a abstenção foi de 23,15%). Mas foi maior que a abstenção em 2016 (17,58%).

15,5 mil

Se candidataram para disputar o cargo de prefeito 15,5 mil pessoas.



Paulo Pinto/Agência Brasil

122 milhões de brasileiros foram às urnas este ano

5,5 mil

Houve eleições em 5,5 mil municípios brasileiros.

885

O PSD foi o partido que elegeu o maior número de prefeitos nas eleições municipais deste ano. O partido presidido por Gilberto Kassab já era o que administrava o maior número de municípios. A partir de janeiro, estará à frente de 885 municípios.

252

Não se pode considerar boa a performance do PT, partido que está no poder federal, nas eleições municipais. O partido do presidente Luiz Inácio Lula da Silva elegeu somente 252 prefeitos. Ficou em nono no ranking, atrás do PSDB, que elegeu 273 prefeitos, e do PSB, partido do vice-presidente Geraldo Alckmin, que fez 309 prefeituras.

516

Antes das eleições, o PL, partido do ex-presidente Jair Bolsonaro, planejava eleger mil prefeitos. Chegou somente à metade desse número: 516 municípios serão governados pelo partido.

5

Em capitais, novamente o PSD, ao lado do MDB, foi o grande vencedor. Os dois partidos elegeram prefeitos de cinco capitais, cada um. PL e União Brasil governarão quatro capitais. Podemos e PP, duas. O PT, o Avante, o PSB e o Republicanos, uma capital, cada um.

91,70%

Em termos proporcionais, o prefeito mais votado do Brasil foi Eduardo Boigues (PL), reeleito na cidade de Itaquaquecetuba, em São Paulo. Ele obteve 91,70% dos votos.

78,11%

Nas capitais, o campeão de votos foi João Campos (PSB), reeleito prefeito do Recife. Ele

obteve 78,11% dos votos.

60,47%

Foi o percentual de votos obtido por Eduardo Paes (PSD), reeleito no Rio de Janeiro.

3,4 milhões

Em números absolutos, Ricardo Nunes (MDB), reeleito para comandar a cidade de São Paulo, teve 3,4 milhões de votos.

884

Em novembro, a Polícia Federal concluiu o inquérito que investiga uma tentativa de golpe de Estado no país para impedir a posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, vencedor das eleições de 2022. No total, o inquérito tem 884 páginas, que detalham as ações incluídas especialmente em um documento intitulado Operação Punhal Verde Amarelo. O plano, segundo a PF, cogitava mesmo o assassinato de Lula, do vice-presidente Geraldo Alckmin e do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes.

40

Foram indiciados no inquérito 40 pessoas. Inicialmente, foram 37, e depois outras três. Entre os indiciados, estão o ex-presidente Jair Bolsonaro e seu candidato a vice na chapa derrotada por Lula, o general Walter Braga Netto. Braga Netto foi preso no dia 14 de dezembro, sob a alegação que estava tentando atrapalhar as investigações.

5

Em outubro, o presidente Lula cortava as unhas no banheiro do Palácio da Alvorada quando escorregou e bateu com a nuca no chão. A queda abriu uma ferida na parte de trás da sua cabeça. Foi preciso dar cinco pontos para suturar o machucado. Em decorrência do acidente, Lula teve mais tarde uma hemorragia intracraniana, e teve que ser levado de emer-

gência ao Hospital Sírio-Libanês, em São Paulo.

R\$ 6,30

O anúncio do pacote de corte de gastos pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, não foi recebido pelo mercado financeiro. Como consequência, houve queda nas bolsas de valores e uma alta recorde de dólar, que chegou a bater R\$ 6,30. Depois, com a aprovação do pacote e intervenção do Banco Central, o valor caiu. Na quinta-feira (26), estava em R\$ 6,17.

12,25%

Como consequência, o Comitê de Política Monetária (Copom) elevou para 12,25% a Selic, a taxa básica de juros. O Copom, ligado ao Banco Central, argumenta que é necessário elevar a taxa como ferramenta para manter sob controle a inflação.

R\$ 7,7 bilhões

O pacote de corte de gastos foi aprovado. Mas, paradoxalmente, para aprovar a autorização do Congresso para cortar, o governo teve que gastar. Foram liberados no final do ano R\$ 7,7 bilhões em emendas orçamentárias.

R\$ 50 bilhões

Ao longo de todo o ano, o governo liberou mais de R\$ 50 bilhões em emendas. É um recorde absoluto em termos de liberação orçamentária.

R\$ 4,2 bilhões

A farra orçamentária, no entanto, gerou reação. O ministro do Supremo Tribunal Federal Flávio Dino considerou que o Congresso desrespeitou as determinações que exigiam transparência sobre as emendas. E bloqueou R\$ 4,2 bilhões.

324

O governo teve ainda a boa notícia da aprovação do projeto que regulamenta os impostos da reforma tributária. Foram 324 votos favoráveis na Câmara. O projeto foi à sanção presidencial.

26,5%

A alíquota média dos novos impostos sobre consumo que passarão a incidir após a reforma tributária será de 26,5%.

2033

A reforma tributária, porém, prevê um longo período de transição. Os novos impostos só começarão a incidir totalmente sobre os produtos e serviços em 2033.

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Lula e Lewandowski regulamentaram normas

Lei que limita uso de armas de fogo é de 2014

Criticado por governadores e parlamentares da oposição, o decreto do presidente Lula (PT) sobre armas é baseado numa lei de 22 dezembro de 2014 aprovada sem contestação pela Câmara e pelo Senado.

O decreto reproduz literalmente o que prevê a Lei 13.060/2014 ao proibir o uso de armas de fogo contra “pessoa em fuga que esteja desarmada” e

“contra veículo que desrespeite bloqueio policial em via pública”.

Assim como a lei, o decreto assinado por Lula e pelo ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, a lei abre exceções para os casos de risco de morte para policiais ou para terceiros. A presidente Dilma Rousseff assinou o projeto sem alterar o que havia sido proposto pelo Congresso.

Prioridade

A lei também determina que os órgãos de segurança pública deverão “priorizar a utilização dos instrumentos de menor potencial ofensivo”. Instituiu também que as polícias deverão respeitar princípios de legalidade, necessidade, razoabilidade e proporcionalidade.

Princípios

Aos quatro princípios estabelecidos, o decreto acrescentou outros três: precaução, responsabilização e não discriminação. O último artigo da lei previa sua regulamentação pelo Poder Executivo, o que acabou sendo feito dez anos depois, no último dia 23.

Waldemir Barreto/Agência Senado



O então senador queria limitar uso de cassetetes

Modificado na Câmara, projeto original é de Crivella

O projeto que deu origem à lei foi do então senador e hoje deputado fluminense Marcelo Crivella (na época, do PL). Previa a restrição de uso de cassetetes de madeira no controle da ordem pública. Aprovado no Senado, o projeto foi para a Câmara. Examinado na Comissão de Segurança acabou fundido com outras propos-

tas. O relator, William Dib (PSDB-SP), propôs substituir seu texto pelo de outro projeto, apresentado em 2011, pelo deputado João Campos (PSDB-GO), delegado de polícia.

A proposta foi aprovada sem restrições nas comissões de Segurança Pública e de Constituição e Justiça — nesta, em caráter terminativo.

Senado

De volta ao Senado, o projeto — já com a redação que seria transformada em lei — foi aprovada pelo plenário em votação simbólica, quando não há contestação. Sancionada por Dilma um mês depois. Desde então a polícia é obrigada a priorizar armas não letais.

Fundos

O decreto de Lula também faz referência a lei de 2018, assinada por Michel Temer, que cria a Política Nacional de Segurança Pública. Seu texto prevê a regulamentação dos critérios de aplicação de recursos nacional de Segurança Pública e Fundo Penitenciário Nacional.

Condições

Ao condicionar a liberação de verbas dos dois fundos de respeito às normas da lei de 2014 e às da regulamentação, o decreto irritou governadores como Ronaldo Caiado (União), de Goiás, e Cláudio Castro (PL), do Rio. Eles ameaçam recorrer ao Supremo Tribunal Federal.

Temor

Em setores do governo, a edição do decreto é vista com cautela. Há o temor de que as normas sejam vistas como favoráveis aos bandidos — isto, apesar dos crimes cometidos pela PM paulista e do caso em que policiais rodoviários fuzilaram a jovem Juliana Leite Rangel.